

ANEXOS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	
Designação	MUNICÍPIO DE POMBAL
NIPC	506334562
Natureza	Autarquia Local
Endereço postal	Largo do Cardal, 3100-440 Pombal
Telefone / Fax	236210500
Endereço de correio eletrónico	<a href="mailto:geral@cm-pombal.pt">geral@cm-pombal.pt</a>
Sítio na internet	
<b>LEGISLAÇÃO</b>	
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 03 de setembro
Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro
<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES</b>	
Prestação de serviços públicos, no âmbito das atribuições municipais operacionalizadas por via das competências dos órgãos representativos e dos serviços respetivos.	
<b>COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão Santos - Presidente	
Isabel Maria Rodrigues Marto - Vereadora	
Gina Maria Estrela Domingues - Vereadora	
Pedro Navega Ferreira - Vereador	
Catarina Pascoal Silva - Vereadora	
Odete Marise dos Santos Alves - Vereadora	
Luis Miguel das Neves Simões - Vereador	

**1.1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras**

**A) Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

O balanço e a demonstração de resultados de 2021, e a informação relativa ao ano anterior, foram preparadas de acordo com o SNC-AP.

Como forma de apoiar o processo de transição, o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS.

Sendo possível a aplicação subsidiária da referida IPSAS 33 e considerando existirem operações que não estão conhecidas com a segurança e fiabilidade exigidas, entendeu o Órgão de Gestão do Município de Pombal, recorrer a esta prerrogativa de forma a que as demonstrações financeiras possam vir a incorporar eventuais operação inerentes à figura subjacente à Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo.

**Derrogações de disposições do SNC-AP**

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

**B) Comparabilidade**

Em 2021, o Município aplica o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico ocorreu em 1 de janeiro de 2020.

**C) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso**

Os saldos consignados em dezembro de 2021 correspondem a € 3.114.470,18 e são relativos a receita recebida do Programa comunitário FEDER, no montante de € 1.535.070,26 e do Programa comunitário FUNDO DE COESÃO no montante de € 1.579.399,92, destinados exclusivamente para financiar projectos, cujas candidaturas foram aprovadas pelo Quadro Comunitário.

**1.2 Valores de caixa e depósitos bancários**

Detalhamos abaixo o saldo de caixa e depósitos para o exercício de 2021 e de 2020.

Conta	Euros	
	Ano 2021	Ano 2020
Caixa	2.010,76	2.115,89
Depósitos à ordem	3.948.524,04	5.550.753,86
Depósitos à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à Ordem	3.948.524,04	5.550.753,86
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados	3.114.470,18	2.093.135,74
Depósitos de garantias e cauções	2.877.897,02	2.553.344,85
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>9.942.902,00</b>	<b>10.199.350,34</b>

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31 de dezembro de 2021
- Execução Orçamental	7.051.196,32
- Operações de Tesouraria	2.891.705,68
<b>Saldo de gerência</b>	<b>9.942.902,00</b>

**2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

**2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovadas pelo decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública (NCP).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional de apresentação

As principais políticas contabilísticas descritas encontram-se descritas abaixo.

**Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2). As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registradas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

### **Propriedades de investimento**

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo. Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POCAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

### **Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

#### **Participações financeiras**

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas

reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Pombal seguirá o método do custo e da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos financeiros.

### **Inventários**

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade por forma a que o quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

### **Rédito e regime do acréscimo**

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Pombal, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

### **Transferências e subsídios**

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciáveis ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

### **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

### **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

### **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

### **Provisões e Passivos Contingentes**

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato.

A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

### **3. Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros abaixo:

### Quadro – Quantia escriturada e variação do período

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
<b>Ativos Intangíveis</b>	58.443,71	848,70					-22.856,92			36.435,49
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	8.167,20	848,70					-4.225,05			4.790,85
Programas de computador e sistemas de informação	49.871,62						-18.572,33			31.299,29
Propriedade industrial e intelectual	-5.671,31						-59,54			-5.730,85
Outros	6.076,20									6.076,20
Ativos intangíveis em curso										
	58.443,71	848,70					-22.856,92			36.435,49

### Quadro – Adições

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>Ativos Intangíveis</b>		848,70								848,70
Ativos intangíveis de domínio público, Goodwill										
Projetos de desenvolvimento		848,70								848,70
Programas de computador e sistemas de Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso		848,70								848,70

#### 4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, mas sim recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de exploração da Quinta de Sant' Ana - Redinha	Manuel Augusto da Conceição Silva	Quinta de Sant' Ana - Redinha	06/01/2020 a 06/01/2040	484.800,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do Município de Pombal	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Via pública na área do Município de Pombal	18/03/2002 a 18/03/2022	Renda de concessão calculada de acordo com o Anexo II ao DL 230/2008 de 27/11	0,00 €	0,00 €	0,00 €

#### 5. Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

O Município utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se refletida no quadro abaixo sendo o método de amortização usado para os ativos intangíveis, o método das quotas constantes

### Quadro – Quantia escriturada e variações do período

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e	108.073.837,11	6.084.581,52	2.192.129,14				-6.297.388,70			110.053.159,07
Terrenos e recursos naturais	211.922,18									211.922,18
Edifícios e outras construções	1.196.078,78	111.871,78					-32.236,40			1.275.714,16
Infraestruturas	100.808.761,22	5.943.319,73	2.192.129,14				-6.264.675,66			102.679.534,43
Patrimônio histórico, artístico e	42.401,30	29.390,01					-476,64			71.314,67
Outros	5.814.673,63									5.814.673,63
Bens de domínio público em										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Patrimônio histórico, artístico e										
Ativos fixos em concessão em										
Outros ativos fixos tangíveis	113.598.829,45	25.497.607,01	-3.397.433,19				-2.719.330,51		-23.661.837,94	109.317.834,82
Terrenos e recursos naturais	20.991.285,48	16.199.253,71							-6.018.916,00	31.171.623,19
Edifícios e outras construções	69.114.340,72	-6.436.829,93	294.082,12				-1.128.732,17		-3.565.322,57	58.277.538,17
Equipamento básico	2.446.742,29	766.181,33					-957.613,30		-46.202,77	2.209.107,55
Equipamento de transporte	1.172.434,48	532.423,89					-310.187,73			1.394.670,64
Equipamento administrativo	472.939,85	130.020,09					-173.914,72		-12.451,90	416.593,32
Equipamentos biológicos										
Outros	567.243,75	329.612,80	2.616,15				-148.882,59		-450,00	750.140,11
Ativos fixos tangíveis em curso	18.833.842,88	13.976.945,12	-3.694.131,46						-14.018.494,70	15.098.161,84
<b>TOTAL</b>	<b>221.672.666,56</b>	<b>31.582.188,53</b>	<b>-1.205.304,05</b>				<b>-9.016.719,21</b>		<b>-23.661.837,94</b>	<b>219.370.993,89</b>

### Quadro – Adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico		6.784.180,47								-699.598,95	6.084.581,52
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		111.871,78									111.871,78
Infraestruturas		6.642.918,68								-699.598,95	5.943.319,73
Patrimônio histórico, artístico		29.390,01									29.390,01
Outros											
Bens de domínio público em											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico											
Ativos fixos em concessão em											
Outros ativos fixos tangíveis		35.941.803,72		300.160,00						-10.744.356,71	25.497.607,01
Terrenos e recursos naturais		15.031.166,91								1.168.086,80	16.199.253,71
Edifícios e outras construções		5.149.832,90		300.160,00						-11.886.822,83	-6.436.829,93
Equipamento básico		767.444,72								-1.263,39	766.181,33
Equipamento de transporte		556.781,18								-24.357,29	532.423,89
Equipamento administrativo		130.020,09									130.020,09
Equipamentos biológicos											
Outros		329.612,80									329.612,80
Ativos fixos tangíveis em		13.976.945,12									13.976.945,12
<b>TOTAL</b>		<b>42.725.984,19</b>		<b>300.160,00</b>						<b>-11.443.955,66</b>	<b>31.582.188,53</b>

### Quadro – Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico						
Outros						
Bens de domínio público em						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico						
Ativos fixos em concessão em						
Outros ativos fixos tangíveis	-2.431.510,00	-5.019.669,57			-16.210.658,37	-23.661.837,94
Terrenos e recursos naturais	-2.431.510,00	-3.067.170,00			-520.236,00	-6.018.916,00
Edifícios e outras construções		-1.952.499,57			-1.612.823,00	-3.565.322,57
Equipamento básico					-46.202,77	-46.202,77
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-12.451,90	-12.451,90
Equipamentos biológicos						
Outros					-450,00	-450,00
Ativos fixos tangíveis em					-14.018.494,70	-14.018.494,70
<b>TOTAL</b>	<b>-2.431.510,00</b>	<b>-5.019.669,57</b>			<b>-16.210.658,37</b>	<b>-23.661.837,94</b>

### 6. Custos de empréstimos obtidos

A rubrica de custos de empréstimos detalha-se da seguinte forma:

#### Mapa - Custo dos empréstimos

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	CAPITAL		Pagamentos de anos anteriores			PAGAMENTOS DO ANO			Encargos ano vencidos e não pagos	CAPITAL EM DÍVIDA NO ANO N	
				Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total		Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	13/06/2003	22/09/2003	25	674.090,00	674.090,00	432.975,83	138.690,96	571.666,79	29.766,58	829,62	30.596,20		241.114,17	211.347,59
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	30/01/2009	02/04/2009	15	2.944.444,66	2.916.510,13	2.131.295,74	182.602,52	2.313.898,26	224.346,92	0,00	224.346,92		785.214,39	560.867,47
CAIXA DE CREDITO AGRICOLA	27/11/2020	11/11/2020	20	5.192.690,24	1.089.063,23	0,00	0,00	0,00	0,00	655,37	655,37			1.089.063,23
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA	30/08/2001	22/08/2003	25	661.740,21	302.548,00	225.545,11	74.290,77	299.835,88	15.288,07	268,73	15.556,80		77.002,89	61.714,82
BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTO	07/07/2010	01/07/2010	25	5.000.000,00	2.681.116,87	961.705,24	297.330,64	1.259.035,88	116.570,28	16.412,85	132.983,13		1.719.411,63	1.602.841,35
<b>TOTAL</b>				<b>14.472.965,11</b>	<b>7.663.328,23</b>	<b>3.751.521,92</b>	<b>692.914,89</b>	<b>4.444.436,81</b>	<b>385.971,85</b>	<b>18.166,57</b>	<b>404.138,42</b>	<b>0,00</b>	<b>2.822.743,08</b>	<b>3.525.834,46</b>

### 7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

**Quadro – Quantia escriturada e variações do período**

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
Propriedades de Investimento	11.476.928,63	1.113.480,79	228.885,48	-757.482,24					12.061.812,66			
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais		2.842.050,00							2.842.050,00			
Edifícios e outras construções	11.476.928,63	-1.728.569,21	228.885,48	-757.482,24					9.219.762,66			
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de Investimento em curso												
<b>TOTAL</b>	<b>11.476.928,63</b>	<b>1.113.480,79</b>	<b>228.885,48</b>	<b>-757.482,24</b>					<b>12.061.812,66</b>			

**8. Inventários**

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes durante o ano de 2021 - custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação de valores da conta de inventários e os movimentos do período.

**Quadro – Quantia escriturada e variações do período**

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	1.896,74	21.089,75	22.986,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	133.191,50	157.985,72	148.342,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.835,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>135.088,24</b>	<b>179.075,47</b>	<b>171.328,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142.835,00</b>

**9. Rendimento de transações com contraprestação**

Esta nota tem por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento. O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviços e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe dos rendimentos

**QUADRO – RENDIMENTO com contraprestação**

Tipo de rendimento	31.12.2021	31.12.2020
Prestação de serviços	4.528.763,48	4.377.935,83 €
Venda de bens	1.820.591,16	1.712.314,23 €
Outros rendimentos	8.508.663,12	10.656.539,18 €
Juros	1.062,30 €	2.385,86 €
Dividendos ou distribuições similares	2.603,34 €	30.850,04 €
<b>Total</b>	<b>14.861.683,40 €</b>	<b>16.780.025,14 €</b>

### 10. Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

#### Quadro – rendimentos sem contraprestação.

Tipo de rendimento	31.12.2021	31.12.2020
Impostos diretos	9.176.814,97 €	8.871.651,21 €
Impostos indiretos	2.020.581,92 €	2.024.741,01 €
Taxas, multas e outras penalidades	910.325,14 €	622.822,58 €
Transferencias e subsidios correntes obtidos	17.155.575,92	14.961.026,76 €
Reversões	41.466,05 €	46.317,94 €
<b>Total</b>	<b>29.304.764,00 €</b>	<b>26.526.559,50 €</b>

### 11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 2.514.712,59€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Reversões (8)	Outras diminuições	Total diminuições	
Provisões									
Processos judiciais em curso	2.248.758,01		357.670,04		357.670,04	91.715,46		91.715,46	2.514.712,59
Matérias ambientais									
Contratos onerosos									
Outras provisões									
<b>Total</b>	<b>2.248.758,01</b>		<b>357.670,04</b>		<b>357.670,04</b>	<b>91.715,46</b>		<b>91.715,46</b>	<b>2.514.712,59</b>

#### Passivos contingentes

Os passivos contingentes são:

- Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Descrição	Valor da acção
Processo 494/13.4BELRA	171.818,80
Processo n.º 120/16.0BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 575/18.8BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 583/18.9BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	5.000,01
Processo n.º 2250/18.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 48/19.1BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 377/19.4BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	30.000,01
Processo n.º 825/19.3BELRA– Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	50.000,00
Proc. 1166/14.8BELRA – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria	10.488,64
Processo n.º 1213/14.3TBPBL-F- Comarca de Leiria - 2.ª Secção de Execução – J1	7.525,00
Processo nº 355/19.3 BESNT - Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra	30.000,01
<b>Total passivos contingentes</b>	<b>424.832,51</b>

### 12. Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### 13. Divulgações de partes relacionadas

#### Divulgação de controlo

A listagem das entidades controladas apresenta-se a seguir:

MUNICÍPIO DE POMBAL  
 MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS  
 Alinea c) do nº 2 do artº 46 da Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Designação da Entidade	NIF	Sede	Tipo Entidade	Capital Social	Participação do Município	
					Valor Nominal	%
LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	502761024	Aveiro	Societária	20 500 000,00	7 810,00	0,04%
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	505214300	Pombal	Societária	325 000,00	325 000,00	100,00%
VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	503811866	Leiria	Societária	2 000 000,00	190 400,00	9,52%
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Lda.	504609696	Pombal	Societária	600 000,00	150 000,00	25,00%
MAPICENTRO - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes, SA	501638938	Leiria	Societária	2 285 000,00	230,00	0,01%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Lisboa	Não Societária	650 000 000,00	1 110 600,00	0,17%

#### Divulgação de transações entre partes relacionadas

As transações ocorridas em 2021 com as partes relacionadas, no que se refere a rendimentos e gastos, foram como se segue:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo final no município
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
PMUGest - Pombal Manutenção Urbana e Gestão, EMM	Entidade controlada	Fornecimento e serviços externos	968.137,42 €	96,8%	51.446,39 €
		Subsídios a exploração	27.846,78 €	2,8%	4.284,12 €
		Protocolo Bodo 2020	3.707,34 €	0,4%	3.707,34 €
Pombal Prof - Sociedade de Educação e Ensino Profissional, S	Entidade controlada	Formação	330,00 €	0,0%	- €
<b>Total de transações</b>			<b>1.000.021,54 €</b>		

## 14. Outras divulgações

### 14.1. Alterações no património líquido

Detalhamos abaixo os movimentos ocorridos no património líquido durante o exercício de 2021.

Rubricas	01/01/2021	Aumentos de património	Diminuições de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2021
<b>51 - Património</b>	<b>48.827.503,10</b>			1.635.216,11				<b>50.462.719,21</b>
<b>55 - Reservas</b>	<b>5.238.968,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>78.925,76</b>			<b>0,00</b>	<b>5.317.894,04</b>
- Reservas legais	5.238.968,28			78.925,76				5.317.894,04
<b>56 - Resultados transitados</b>	<b>118.513.047,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.010.710,48</b>			<b>-238.166,05</b>	<b>116.264.171,45</b>
- Resultados transitados	112.693.976,10			-2.239.904,98				110.454.071,12
- Ajustamentos de transição POICAL/SNC-AP	5.546.701,53			229.194,50			0,00	5.775.896,03
- Outras regularizações	272.370,35						-238.166,05	34.204,30
<b>57 - Ajust.em ativos financeiros</b>	<b>843.602,20</b>	<b>0,00</b>	<b>-183.366,93</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>660.235,27</b>
- Relacionados com o MEP	843.602,20		-183.366,93					660.235,27
<b>59 - Outras variações no património líquido</b>	<b>67.434.439,79</b>	<b>2.812.993,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.606.981,84</b>	<b>0,00</b>	<b>-389.877,19</b>	<b>65.250.573,76</b>
- Transferências e subsídios de capital	64.788.562,17	0,00	0,00		-4.606.981,84		0,00	60.181.580,33
- Ativos depreciables	64.788.562,17				-4.606.981,84			60.181.580,33
- Artivos não depreciables	0,00							0,00
- Outras transferências, sub.capital	2.630.982,92	2.812.993,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-405.732,19	5.038.243,73
- FEF Capital	1.071.283,74	1.309.617,00					-275.663,61	2.105.237,13
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	1.204.871,76	1.503.376,00					-148.557,67	2.559.690,09
- Outras transferencias	354.827,42						18.489,09	373.316,51
- Doações obtidas	7.584,70						0,00	7.584,70
- Transferências de ativos	0,00							0,00
- Outras variações de capital proprio	7.310,00						15.855,00	23.165,00
<b>88 - Resultados líquido do exercício</b>	<b>1.578.515,13</b>			<b>-1.578.515,13</b>	<b>0,00</b>	<b>1.161.866,79</b>	<b>0,00</b>	<b>1.161.866,79</b>
<b>TOTAL</b>	<b>242.436.076,48</b>	<b>2.812.993,00</b>	<b>-183.366,93</b>	<b>-1.875.083,74</b>	<b>-4.606.981,84</b>	<b>1.161.866,79</b>	<b>-628.043,24</b>	<b>239.117.460,52</b>

As variações no património líquido no exercício de 2021, apresentam as seguintes operações:

- Transferência do resultado líquido do período de 2020, para reservas livres, capital e resultados transitados;
- Reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes,
- Transferências de Capital (FEF)

### 14.2. Rendimentos e Ganhos

Apesar de não se verificar a quebra de rendimentos, importa referir que, na sequência da deliberação de câmara foi aprovado um programa de recuperação económica POMBAL APOIA, para apoiar o tecido empresarial do concelho de forma a atenuar os efeitos provocados pela pandemia covid-19.

RENDIMENTOS E GANHOS	Ano 2021	Ano 2020
Impostos, contribuições e taxas	12.107.722,03	11.519.214,80
Vendas	1.820.591,16	1.712.314,23
Prestações de serviços e concessões	4.528.763,48	4.377.935,83
Transferências e subsídios correntes obtidos	17.155.575,92	14.961.026,76
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	112.141,57	95.064,04
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	29.740,92
Provisões (reduções)	41.466,05	16.577,02
Outros rendimentos	8.508.663,12	10.656.539,18
Juros e rendimentos similares obtidos	3.665,64	45.125,50
<b>TOTAIS</b>	<b>44.278.588,97</b>	<b>43.413.538,28</b>

Exemplo de algumas alterações efetuadas e que afetam o resultado do exercício de 2021, são as transferências e subsídios obtidas, que aumentou em relação a 2020.

Tal como sucedeu em 2020, o resultado líquido tende a diminuir uma vez que as anteriores transferências de capital são levadas diretamente para o património. Só são consideradas rendimentos, em resultado da quota proporcional à amortização dos bens.

### 14.3. Gastos e Perdas

Comparativamente com o exercício de 2020, o Município apresenta uma subida nos gastos e perdas que se justifica, na sua maioria, pelo aumento no valor das amortizações e depreciações do período. Tal aumento é justificado pela alteração significativa da vida útil dos bens, bem como alteração de taxa, tendo por base o novo normativo aplicável (SNC-AP).

GASTOS	Ano 2021	Ano 2020
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	171.328,71	143.119,44
Fornecimentos e serviços externos	11.459.565,79	10.699.407,74
Gastos com pessoal	9.278.265,11	9.124.189,81
Gastos de depreciação e amortização	10.878.674,09	14.089.220,27
Transferências e subsídios concedidos	8.993.966,12	6.321.487,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	77.621,88	15.315,90
Provisões (aumentos)	307.670,03	371.881,69
Outros gastos	1.900.913,89	1.025.186,27
Juros e gastos similares suportados	48.716,56	45.214,23
<b>TOTAIS</b>	<b>43.116.722,18</b>	<b>41.835.023,15</b>

Por outro lado verifica-se um aumento de gastos relacionados com a pandemia Covid 19, que de acordo com o centro de custos criado para o efeito regista gastos adicionais de € 671.275,87. Este montante inclui o valor gasto, quer em termos de aquisição de material quer em termos de transferências/apoios, no âmbito do programa POMBAL APOIA, durante o exercício de 2021.

**Detalhe de transferências e subsídios concedidos**

O aumento das transferências correntes referem-se em parte as verbas transferidas no âmbito do programa POMBAL APOIA. Os subsídios correntes refletem os gastos com a requalificação da C+S da Guia e da Gualdim Pais, por não serem património municipal.

DESCRIÇÃO	Ano 2021	Ano 2020
Transferências correntes concedidas	4.862.052,72	3.520.285,63
Subsídios correntes concedidos	2.017.054,57	87.541,06
Transferências de capital concedidas	2.114.858,83	2.713.661,11
<b>TOTAIS</b>	<b>8.993.966,12</b>	<b>6.321.487,80</b>

**14.4. Gastos com pessoal**

O aumento dos gastos com o pessoal verificado em 2021 é justificado pelo aumento salarial para a função pública assim como pelo aumento do n. de colaboradores ao serviço.

Somando-se os 473 colaboradores (trabalhadores e membros dos GAP's), o Presidente, 4 Vereadores em regime de permanência, 26 prestadores de serviços; 5 beneficiários integrados através do IEFP; 3 trabalhadores ao abrigo da Medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto; 1 estagiária integrada através do PEPAL e 8 trabalhadores ausentes há mais de 6 meses (2 trabalhadoras pertencem à carreira/categoria de Técnico Superior; 1 trabalhadora pertence à carreira/categoria de Assistente Técnico e 5 trabalhadores pertencem à carreira/categoria de Assistente Operacional), conforme acima registado, em 31 de dezembro de 2021, o Município de Pombal contava com um total de **521** elementos em exercício de funções no Município.

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

DESCRIÇÃO	Ano 2021	Ano 2020
Remunerações Órgãos Autárquicos	198.108,67	217.652,31
Remunerações do Pessoal	7.074.434,45	6.530.653,86
Pensões	45.668,95	44.895,90
Encargos s/ Remunerações	1.603.964,50	1.720.093,76
Seguros de acid. trabalho e doenças profis.	76.854,91	44.908,19
Outros encargos sociais	279.233,63	274.018,11
<b>Total</b>	<b>9.278.265,11</b>	<b>8.832.222,13</b>